



S. R.

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A REPRESENTAÇÃO DOS INTERESSES PATRIMONIAIS DO ESTADO

A associação pública da sua imagem à investigação e ao exercício da acção penal tem facilitado um movimento de “ocultação” de outras faces da intervenção processual do Ministério Público em áreas tão importantes como o direito civil e, mais especificamente, a defesa dos interesses patrimoniais do Estado.

O contencioso do Estado a cargo do Ministério Público envolve verbas muito avultadas, matérias de complexidade e melindre social, implicando, por parte desta magistratura, um grande empenhamento na qualificação técnica e estruturas de acompanhamento e monitorização permanentes.

No final do ano de 2006 o Ministério Público no Distrito de Lisboa intervinha em representação do Estado em acções envolvendo interesses patrimoniais na ordem dos 10. 664. 503.866 €.

Essa intervenção, discreta, persistente e tecnicamente criteriosa, tem tido resultados altamente positivos, registando taxas de sucesso superiores a 70%.

É justo que nos orgulhemos desse desempenho.

Os documentos anexos espelham a actividade no final do 1.º semestre deste ano e introduzem referências quantitativas relevantes, respeitantes ao final do ano de 2006.

A divulgação dessa actividade inscreve-se numa lógica de transparência e de responsabilização e permite ao Ministério Público no Distrito de Lisboa avaliar em conjunto o resultado das suas realizações.

Lisboa, 24 de Julho de 2007

A Procuradora-Geral Distrital

Francisca Van Dunem

Procuradoria–Geral Distrital de Lisboa

Actuação do Ministério Público na defesa dos interesses patrimoniais do Estado – Comarca de Lisboa

1. Generalidades

Compete ao Ministério Público, nos termos da Constituição e da Lei (artº 221º, nº1 da CRP, 1º e 3º, nº1, al.a) da LOMP e 20º do CPC), representar o Estado nos tribunais nacionais.

Tal representação, activa ou passiva, é exercida a título de intervenção principal - (artº 5º, nº1, al.a) da LOMP) - isto é, o Ministério Público representa o Estado sempre que este assume as vestes jurídico-processuais de autor ou réu, requerente ou requerido, exequente ou executado.

No âmbito da tutela dos interesses patrimoniais do Estado, a actividade do Ministério Público na Comarca de Lisboa, poder-se-á sintetizar nos seguintes termos:

2. Acções a intentar pelo Ministério Público:

Relativamente às acções a intentar pelo Ministério Público em representação do Estado assumem, actualmente, particular relevo, tendo em consideração a sua frequência:

- Acções a propor com fundamento em responsabilidade civil por acto ilícito ou pelo risco, decorrente de acidentes de viação em que são intervenientes veículos do Estado – Forças Militares, PSP, GNR e outros – nas quais, dependendo dos valores pedidos e/ou das entidades envolvidas – seguradoras e/ou intervenientes directos – são suscitados os mais diversos incidentes processuais;
- Acções a propor na sequência de concessão de indemnização, pelo Estado a vítimas de crimes violentos, por solicitação da Comissão de

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

Protecção às Vítimas de Crimes Violentos, junto do Ministério da Justiça, com fundamento em sub-rogação nos direitos dos lesados, contra o autor dos actos intencionais de violência e pessoas com responsabilidade meramente civil, nos termos do DL n.º 423/91 de 30/VIII (art.ºs 1.º e 9.º);

- Acções executivas para cobrança de créditos devidos a entidades públicas - v.g. Registo Nacional de Pessoas Colectivas, por serviços prestados e não pagos e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros por repatriamento de cidadãos nacionais para Portugal.

De assinalar, são, também, os processos de liquidação de herança vaga em benefício do Estado (art.º 1132.º do CPC), no âmbito dos quais são declaradas vagas para o Estado as heranças jacentes em que não são conhecidos os sucessores.

O valor global (indicador) das acções a propor pelo Ministério Público é de trezentos e vinte e um mil, trezentos e sessenta e um Euros (€ 321 361,00).

3. Acções já intentadas pelo Ministério Público

Quanto às acções já propostas pelo Ministério Público e que este actualmente acompanha, assumem particular relevo, as fundadas em responsabilidade contratual, designadamente:

Contencioso EPAC

O objectivo desta espécie de acções é a cobrança de créditos de que foi titular a Empresa Pública de Abastecimento de Cereais (EPAC) e que se fundam no não cumprimento do pagamento do preço de cereais, que no âmbito da sua actividade, a EPAC fornecia aos agricultores.

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

Após ter sido decretada a sua extinção, em 1999, sucedeu-lhe o Estado Português, tendo o Ministério Público assumido, em todas as acções pendentes a sua representação e tendo proposto, desde então, muitas outras.

Encontram-se pendentes nas Varas e Juízos Cíveis de Lisboa 109 acções, cujo valor é superior a onze milhões de Euros (€11 498 471,00).

Contencioso CIFRE

As acções foram propostas com fundamento no não cumprimento de contratos de abertura de crédito, através dos quais foram financiadas, após a “Descolonização”, pelo Comissariado para os Desalojados – extinto em 1979 - diversas actividades que, cidadãos regressados dos territórios descolonizados, se propuseram desenvolver.

Encontram-se pendentes nas Varas e Juízos Cíveis de Lisboa 99 acções, cujo valor é superior a um milhão de Euros (€1 094 012,00).

Contencioso CRCB

Após a extinção da CRCB (Companhias Reunidas de Congelados de Bacalhau, SA, em 1997, a posição da sociedade nas acções pendentes e/ou a propor, foi assumida pelo Estado.

Encontram-se pendentes nas Varas e Juízos Cíveis de Lisboa 11 acções, cujo valor ronda os 114 mil Euros (€113 855,00).

Contencioso PEDAP

Acções executivas, cujo título é constituído por “certidão executiva” emitida por autoridade administrativa, visando a restituição de subsídios indevidamente atribuídos ou cuja devolução foi determinada devido a não cumprimento de contratos concluídos no âmbito do Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP)

Estão pendentes nas Varas e Juízos Cíveis de Lisboa 7 acções, cujo valor ronda os 500 mil Euros (€ 500 685,00).

Procuradoria–Geral Distrital de Lisboa

Contencioso FGRC

Em 2001, foi solicitada pela Direcção Geral do Tesouro, a propositura de acções contra diversas sociedades, com fundamento em responsabilidade contratual, por não cumprimento de contratos celebrados com o Fundo de Garantia de Riscos Cambiais (FGRC), extinto em 1990 e a que sucedeu o Estado Português:

Os referidos contratos integravam-se numa estratégia de apoio às importações e exportações através da minimização dos efeitos da variação das taxas de câmbio e de juros; foram propostas mais de uma dezena de acções, sendo que algumas ainda se encontram pendentes.

Atenta a especial complexidade das questões sobre que versam e os elevados montantes reclamados, será de realçar, ainda, as seguintes acções propostas – entre muitas outras que constam da listagem anexa - pelo Ministério Público em representação do Estado:

- Acção 3965/05, a que respeita o PºAº nº 767/04, relativa a responsabilidade contratual, apurada no âmbito do processo-crime conhecido como “caso Costa Freire”, no âmbito da qual foi pedida pelo Estado quantia superior a trezentos mil euros (€ 304 573,00);
- Acção nº 4126/06, a que respeita o PºAº nº 656/06, na qual, pelo Ministério Público em representação do Estado (Direcção Geral da Saúde), é pedida a condenação de EDP-Distrib Energia SA e Clima Hertz Lda, na quantia de € 25 877,79 por danos patrimoniais decorrentes de “quebra de energia” na vigência de um “contrato de fornecimento de energia eléctrica”.
- Acção nº 1890/06, a que respeita o PºAº nº 302/06, fundada em responsabilidade civil e tendo em vista o ressarcimento de prejuízos sofridos pelo Estado, por ter pago vencimentos a funcionários seus (da Direcção Geral do Turismo) enquanto

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

estiveram de baixa por doença na sequência de desinfestação levada a cabo pela Ré - Desinfestações Sul Tejo - nas instalações em que trabalhavam; o valor da acção é cento e setenta mil, novecentos e setenta e dois euros (€177 972,00)

O valor global (indicador) das acções pendentes propostas pelo Ministério Público ronda os TREZENTOS MIL EUROS

3. Acções Propostas contra o Estado:

Importa ressaltar que, não obstante a transferência de competências operada pelo Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais na sequência da Lei nº 13/2002 de 19/II, dos Tribunais Comuns para os Tribunais Administrativos e Fiscais, é ainda muito elevado o número de acções pendentes na área cível, dado que foram propostas antes da entrada em vigor daquele Estatuto, sendo certo que relativamente às matérias cujo conhecimento continuou a pertencer aos tribunais comuns, concretamente os casos fundados em erro judiciário e/ou mau funcionamento da justiça, manifesta-se uma tendência para um aumento anual do número destas acções.

As acções que integram este *Item* revestem, em regra, uma acentuada complexidade, nelas sendo abordadas as mais diversas questões de direito civil desde os direitos de personalidade, aos direitos reais, ao direito das sucessões, aos contratos, aos títulos de crédito e a toda a espécie de responsabilidades inerentes a violações de direitos ou incumprimentos contratuais.

Nesta sede será de destacar:

Acções propostas, contra o Estado Português na sequência do processo de descolonização, por diversos cidadãos regressados das Ex-Colónias Portuguesas e que alegadamente sofreram prejuízos por terem sido desalojados das suas casas e perdido património.

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

São exemplo:

- Acção nº 6660/98, relativa ao PºAº nº 5/98, a qual tem mais de 800 autores e cujo valor liquidado é superior a dois milhões e quinhentos mil euros (€ 2 672 409,00); de referir que este valor pode duplicar, mercê de pedidos genéricos formulados por grande parte dos demandantes e considerando os critérios de cálculo das indemnizações daqueles que liquidaram o dano:
- Acção nº 56/2000, relativa ao PºAº nº 2/2000, cujo valor é superior a quarenta milhões de euros (€40 945 645,34);
- Acção nº 230/01, a que respeita o PºAº nº 24/01, cujo valor ronda os noventa e sete mil euros (€96 766,00);
- Acção nº 3484/04, a que respeita o PºAº nº 838/04 em que são pedidos duzentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e seis euros (€288 446,00);

Acções no âmbito das quais são pedidas indemnizações ao Estado Português, por virtude de nacionalizações, por sociedades nacionalizadas ou expropriadas na sequência dos acontecimentos do 25 de Abril de 1974; trata-se de acções de valores muito elevados, cujos pedidos consistem na fixação, pelo tribunal, dos montantes definitivos devidas pelas nacionalizações ou expropriações, invocando-se, nuns casos, a inconstitucionalidade dos diplomas que regulam a fixação e atribuição daqueles montantes e, noutros, a inércia do legislador em fixá-los.

É concretamente o caso das seguintes acções:

- Acção nº 5724/94, a que respeita o PºAº nº4/94, cujo valor ronda os dez milhões de Euros (€ 9 975 962,00).

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

- Acção nº 163/02, a que respeita o PºAº nº 1082/02, cujo valor é sessenta e dois mil trezentos e cinquenta e cinco euros (€ 62 355,00).
- Acção nº 404/95, a que respeita o PºAº nº 6/95 e cujo pedido é oito mil seiscentos e vinte e nove euros (€ 8 629,00)

Acções decorrentes de privatizações, no âmbito das quais são peticionados elevados montantes, designadamente:

- Acção nº 63/02, a que respeita o PºAº nº 1082/02 em que é pedido um montante superior a seiscentos mil euros (€ 623 555, 32).

Acções fundadas em responsabilidade civil aquiliana por omissão legislativa, por alegados prejuízos causados a Despachantes Oficiais na sequência da eliminação de barreiras alfandegárias relativamente aos países da União Europeia, designadamente:

- Acção nº 3050/93, a que respeita o PºAº nº 7/95, a qual foi proposta por mais de 200 autores coligados, reclamando um montante global de €9 975,00 prevendo-se a liquidação do dano em montante superior.

Acções propostas contra o Estado, com invocação da sua qualidade de avalista de diversas operações de financiamento a empresas que não honraram os seus compromissos, de que são exemplo:

- Acção nº 156/96, a que respeita o PºAº nº 1740/95, proposta contra TATA SA, cujo pedido é de cento e cinquenta e três mil cento e quinze euros (€ 153 115,00)
- Acção nº 895/93, a que respeita o PºAº nº 358/93, proposta contra Marmopal Lda e cujo pedido é de sessenta e seis mil e quinze euros (€ 66 015,00)

Procuradoria–Geral Distrital de Lisboa

- Acção nº 163, a que respeita o PºAº nº 475/93, proposta contra Tecnofabril SA, cujo pedido é de trinta e oito mil seiscientos e seis euros (€ 38 606,00)
- Acção nº 1130/96, a que respeita o PºAº nº1021/95, contra o Banco de Fomento Exterior, cujo pedido é de vinte mil novecentos e trinta euros (€ 20 930,00);
- Acção nº 1535/05, a que respeita o PºAº nº193/05, proposta contra Mariana Castro Martins cujo pedido é de €14963,00

Acções de despejo com fundamento na não utilização do local arrendado ou sua utilização para fim diverso do constante do contrato de arrendamento, de que são exemplo:

- Acção nº 670/96, a que respeita o PºAº nº 5/96, cujo pedido é cem mil Euros (€100 000,00);
- Acção nº 8307/03, a que respeita o PºAº nº 1153/03, cujo pedido é superior a quinze mil Euros (€15 159,00);
- Acção nº 4165/04, a que respeita o PºAº nº 1156/04, cujo pedido é superior a sessenta e quatro mil Euros (€64 269,00);
- Acção nº 2016/05, a que respeita o PºAº nº 650/05, cujo pedido é superior a vinte e oito mil Euros (€28 919,00);
- Acção nº 1236/06, a que respeita o PºAº 1063/06, cujo pedido é ronda os setenta e três mil Euros (€72 184,00);

Assumem particular relevância as acções propostas contra o Estado com fundamento em Erro Judiciário e em Deficiente Funcionamento da Justiça, quer pelo elevado e crescente número de acções, quer pelos elevados montantes peticionados, de que são exemplo:

Procuradoria–Geral Distrital de Lisboa

- A acção nº 29/02, a que respeita o PºAº 220/02, proposta por Francisco Gabriel Mendes e Outra com sucessivos incidentes de modificação e ampliação do pedido, fundamentada em erro judiciário e morosidade na justiça num processo de regulação do exercício de poder paternal e cujo valor pedido é setecentos e cinquenta mil euros (€750 000,00);
- A acção nº 5535/03 a que respeita o PºAº nº 1130/03 proposta por Joana Relvas Baeta Neves pedindo a quantia de cento e vinte cinco mil euros (€ 125 000,00);
- A acção nº 6854/04, a que respeita o PºAº nº 1655/04 proposta por Esmeraldo Azevedo, pedindo quantia superior a duzentos mil euros (€ 231 792,00)
- A acção nº 5714/04, a que respeita o PºAº nº 1489/04, proposta por Paulo José Fernandes Pedroso pedindo a condenação do Estado em quantia que ronda os seiscentos mil euros (€ 598 494,00)
- A acção nº 2903/06, a que respeita o PºAº nº 455/06, em que Reinaldo Guerra Madaleno pede uma indemnização de cem mil euros (€ 100 000,00)
- A acção nº 4169/06, a que respeita o PºAº nº 696/06 em que Mykhola Shchenin pede a quantia de cento e vinte cinco mil euros (€ 125 000,00)
- A acção nº 4981/06, a que respeita o PºAº nº 911/06, proposta por José Gaiteira pedindo uma indemnização de mais de cento e sessenta mil euros (€ 162 380,00)
- A acção nº 316/07, a que respeita o PºAº nº 64/07 proposta por Maria Fuente pedindo uma indemnização de mais de quatro milhões e setecentos mil euros (€ 4 724 500,00)

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

- A acção n.º 1974/07 a que respeita o P.ºA.º n.º 349/07 proposta por José Manuel Couceiro Pizarro Beleza pedindo a quantia de cento e vinte cinco mil euros (€ 125 000,00)

O valor global (meramente indicador) destas acções propostas contra o Estado ronda os SETECENTOS MILHÕES DE EUROS

Por último, impõe-se realçar que a taxa de sucesso do Ministério Público no tocante à defesa dos interesses patrimoniais do Estado é superior a 70%.

Com efeito, em 2005, dos 56 processos findos, 34 tiveram desfecho favorável ao Estado; em 2006, dos 45 findos, 35 tiveram desfecho favorável ao Estado e em 2007, dos 16 findos, 13 tiveram igual desfecho.

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa**A. Processos Administrativos Instaurados tendo em vista a propositura de acções em representação do Estado:****Entrados em 2007**

PA	Valor (€)	Objecto
12/07 B	730,00	Exec MNE
13/07 H	160,00	Exec MNE
23/07 H	1731,00	Exec RNPC
29/07 A	123,00	Exec RNPC
38/07 H	14963,00	Herança Jacente
55/07 H	14963,00	Herança Jacente
56/07 A	666,00	Acidente de viação
57/07 F	4192,00	Responsabilidade contratual – não pagamento de mensalidades de aluno dos Pupilos do Exército
58/07 G	425,00	Responsabilidade contratual – não pagamento de mensalidades de aluno dos Pupilos do Exército
59/07 C	2787,00	Responsabilidade contratual – não pagamento de mensalidades de aluno dos Pupilos do Exército
60/07 D	3063,00	Responsabilidade contratual – não pagamento de mensalidades de aluno dos Pupilos do Exército
61/07 E	3700,00	Responsabilidade contratual – não pagamento de mensalidades de aluno dos Pupilos do Exército
62/07 F	5332,00	Responsabilidade contratual – não pagamento de mensalidades de aluno dos Pupilos do Exército
63/07 G	1461,00	Responsabilidade contratual – não pagamento de mensalidades de aluno dos Pupilos do Exército
82/07 H	14963,00	Herança Jacente
134/07 A	14963,00	Herança Jacente
135/07 B	14963,00	Herança Jacente
265/07 A	73,00	Exec RNPC
266/07 B	395,00	Exec. MNE
257/07 H	14963,00	Herança Jacente
276/07 H	14963,00	Herança Jacente
277/07 A	14963,00	Herança Jacente
283/07 A	419,00	Exec RNPC
298/07 H	71,00	Exec RNPC
319/07 A	14963,00	Herança Jacente
320/07 B	14963,00	Herança Jacente

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

322/07 A	126,00	Exec RNPC
323/07 B	14963,00	Anulação de Contrato
329/07 B	14963,00	Herança Jacente
346/07 A	14963,00	Herança Jacente
353/07 A	2225,00	Sub-rogação
357/07 B	1596,00	Acidente de viação
358/07 H	3452,00	Acidente de viação
359/07 A	4470,00	Acidente de viação
377/07 A	876,00	Acidente de viação

Entrados em 2006

PA	Valor (€)	Objecto
180/06 G	370,04	Execução
872/06 D	340350,00	Exec PEDAP
946/06 G	150,00	Anulação Registo
1058/05	4150,00	Direito de Regresso
27/06 A	2250,00	Herança Jacente
191/06 B	1186,00	Herança Jacente
344/06 B	14963,00	Herança Jacente
446/06 A	14963,00	Herança Jacente
609/06 A	14963,00	Herança Jacente
618/06 B	1000,00	Acidente Viação
626/06 B	14963,00	Herança Jacente
628/06 B	14963,00	Herança Jacente
632/06 B	132,00	Exec MNE
693/06 B	14963,00	Herança Jacente
835/06	232,00	Exec MNE
836/06	189,00	Exec MNE
869/06 H	14963,00	Sub-rogação
913/06 A	78,00	Exec RNPC
922/06 A	78,00	EXEC RNPC
924/06	127,00	Exec RNPC

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

976/06 A	51,00	Exec MNE
979/06 A	78,00	Exec RNPC
981/06 H	62,00	Exec RNPC
982/06 A	20,00	Exec RNPC
984/06 H	20,00	Exec RNPC
989/06 B	20,00	Exec RNPC
990/06 H	20,00	Exec RNPC
994/06 A	199,00	Responsabilidade extracontratual
1012/06 A	400000,00	Anulação Contrato
1048/06 H	14963,00	Herança Jacente
1061/06 B	707,00	Responsabilidade extracontratual
1096/06 A	14963,00	Herança jacente
1104/06 B	14963,00	Direito de Regresso
1122/06 H	14963,00	Herança Jacente
1137/06 A	13628,00	Herança Jacente
1138/06 B	1709,00	Herança Jacente
1141/06 B	91,00	Exec RNPC
1153/06 H	192,00	Exec MNE
1157/06 A	14963,00	Herança Jacente

Entrados em 2005

PA	Valor (€)	Objecto
40/05 D	6414,00	Execução
202/05 A	14963,00	Herança Jacente
1228/05 B	4253,00	Acidente de viação
1132/05 B	2250,00	Herança Jacente
1304/05 B	14963,00	Herança Jacente
1539/05 B	3250,00	Herança Jacente

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

B. Acções Pendentes em que o Estado é Autor (1990 – 2007)

1. Nas Varas Cíveis

PA	Acção	Valor (€)	Objecto	Demandado
667/90 D	5762/90 1ªV/3ªS	2493,00	Herança Jacente	
905/93 C	3107/93 4ªV/1ªS	498 797,00	Herança Jacente com Reclamação de créditos e sucessivos incidentes	Manuel Ferreira Miranda
301/94 O	249/95 14ªV/2ªS	14963,00	Herança Jacente	
784/95 G	733/96 6ªV/2ªS	750,00	Herança Jacente	
655/97 G	1006/97 8ªV/1ªS	230450,00	Herança Jacente	
4/99 F	187/99 13ªV/2ªS	14963,00	Herança Jacente	
4/2000 O	18/96 13ªV/3ªS	3616,00	Contencioso EPAC	
5/2000 F	474/97 17ªV/3ªS	14963,00	Contencioso EPAC	Maria Margarida
14/2000 F	725/98 10ªV/1ªS	9726,00	Contencioso EPAC	Manuel Lopes
189/00 E	133/00 5ª V/1ª S	36 214,80	Impugnação Pauliana	Orlando & Albuquerque Lda
215/00 G	108/01 5ªV/2ªS	617 746,00	Reivindicação	Congregação De Santa Catarina De Sena Da Ordem Terceira De S. Domingos, Em Portugal
560/00 C	2259/05 1ªV/3ªS	25 715,00	Herança Jacente	
631/00 C	189/02 9ªV/2ªS	282402,00	Herança Jacente	
464/01 G	730/95 6ªV/1ªS	2646,00	Contencioso EPAC	
921/01 D	71/02 8ªV/3ªS	14 963,00	Herança Jacente	
1158/01 E	109/02 1ªV/3ªS	40 079,73	Responsabilidade Contratual – não cumprimento de contrato de garantia de riscos cambiais	SNEDE
49/02 O	71/02 13ªV/2ªS	29 023,78 Euro	Pedido de restituição de subsídio concedido no âmbito do PEDAP	Hermínio Vieira Silva
138/02 F	68/02 3ªV/2ªS	16 445,00	Pedido de indemnização fundada em acidente de viação	Manuel Batista
469/02 E	5636/03 6ªV/1ªS	14 963,00	Herança Jacente	
1057/02	187/02 6ªV/1ªS	77534,00	Acidente de Viação	Comp. de Seguros Mundial Confiança
1067/02 E	966/96 15ªV/3ª	76 802,53	Contencioso EPAC	José da Silva Pôde e Outros
101/03 C	159/01 10ªV/2ªS	18975,00	Contencioso EPAC	
117/03 E	4326/03 17ªV/2ªS	133 096,00	Herança Jacente	
495/03 E	5469/04 10ª V/ 3ª S	58390,51	Herança Jacente	
836/03 D	304/05 12ªV/1ªS	39150,00	Herança Jacente	



S. R.

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

1276/03 D	4139/04 9ªV/3ªS	2793,00	Contencioso EPAC	
296/04 E	211/07 12ªV/2ªS	14 963,00	Herança Jacente	
301/04 C	873/07 3ªV/2ªS	118 598,00	Direito de Regresso	
666/04	6758/04 8ªV/1ªS	14 963,00	Impugnação Pauliana	
674/04	3423/06 1ªV/3ªS	38350,00	Herança Jacente	
767/04	3966/05 2ªV/1ªS	304573,00	Responsabilidade Civil - “caso Costa Freire”	Fernando Jorge da Costa Freire
876/04 F	2013/05 8ªV/1ªS	76879,00	Contencioso EPAC	Gilberto Rosalino
644/05	3261/06 15ªV/1ªS	35600,00	Acidente de Viação	Comp. Seguros Allianz
676/05	5453/05 16ªV/3ªS	5250,00	Direito Regresso	Aníbal Dias Ramos
1203/05 D	1440/07 4ªV/2ªS	115 431,00	Herança Jacente	
1271/05	4791/06 12ªV/3ªS	16011,00	Herança Jacente	Francisco Lopes Cardoso
1283/05 C	4751/06 11ªV/1ªS	38801,00	Direito de Regresso	Publiobra Soc Constr Civis
1305/05 F	5076/06 10ªV/3ªS	14963,00	Herança Jacente	
1421/05	284/06 4ªV/2ªS	35 372,00	Acidente de Viação	Luís Manuel Ferreira Azevedo
1518/05 F	52950/06 Exec	1320060,00	Contencioso EPAC	Otilia Conceição Abreu Pedrosa
1613/05	5641/06 6ªV/2ªS	14963,00	Herança Jacente	
1660/05	5642/06 1ªV/1ªS	14963,00	Herança Jacente	
96/06 O	3422//06 13ªV/3ªS	25981,70	Responsabilidade Contratual	Ricardo Rodrigues Laguna Mafre
302/06E	1890/06 6ªV/1ªS	177972,00	Responsabilidade extracontratual	Desinfestações Sul Tejo
656/06D	4126/06 6ªV/2ªS	25877,79	Resp Cont. – Pedido de Indemnização - DGSaúde- dano causado na vigência de contrato de fornecimento de energia eléctrica.	EDP Distrib Energia SA e Clima Hertz Lda
660/06E	1954/07 17ªV/1ªS	14963,00	Herança Jacente	

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

2. Nos Juízos Cíveis

PA	Acção	Valor (€)	Objecto	Demandado
17/06	53657/06 1ºJ/1ªS	111,00	Execução CIFRE	Calo Alberto Gomes Moreira Borges
69/06	2684/06 5ºJ/3ª	5668,00	Acidente de viação	Maria Liliana Campos de Oliveira
105/06	21778/06 1ºJ/1ªS	39488,00	Responsabilidade contratual	Junta de Freguesia de Chã de Tavares
177/06	4809/06 3ºJ/1ªS exec	3166,00	Execução MNE	Adalberto Ferreira Barreto
190/06	2939/06 1ºJ/3ªS	12897,00	Herança Jacente	
194/96	53655/06 1ºJ/3ªS exec	419,00	Execução CFE	Hélder Gil Ferreira
236/06	5464/06 3ºJ/3ªS	701,00	Acidente viação	Fundo de Garantia Automóvel
348/06	6753/06 6ºJPIC	3687,00	Contencioso EPAC	João Neves Pedro Oliveira
489/06	7704/06 10ºJPIC	235,00	Direito de Regresso	José Cândido Pinto Queirós
490/06	3443/06 7ºJ/3ª	111,00	Responsabilidade extracontratual	Manuel Fernandes Martins Amaral
521/06	685/07 6ºJ/3ªS	14963,00	Herança Jacente	Ília da Conceição Dias e Silva
747/06 H	381/07 7ºJ/2ªS	8199,00	Responsabilidade extracontratual	Companhia de Seguros Lusitânia
897/06	7955/06 10ºJPIC	351,00	Responsabilidade extracontratual	Miguel Fortunato de Faria Borges
995/06	7715/06 5ºJPIC	711,00	Acidente de Viação	Império Bonança
115/05	4474/05 9ºJPIC	218,00	Resposabilidadextracontratual	Sotero Martins Nogueira Filho
184/05	5300/05 6ºJ/3ªS	6082,00	Acidente de viação	Rui Miguel Valério Perú
200/05	5739/05 1ºJPIC	273,00	Direito de Regresso	Horácio Soares
521/05	8239/05 JPIC	2234,00	Acidente viação	Fidelidade Mundial
523/05	44884/06 Exec	108,00	Execução MNE	Vítor Manuel da Fonseca Nunes
526/05	12706//06 11ºJPIC	1150,00	Acidente viação	Luís Manuel Clemente Mendes
527/05	12321/06 10ºJPIC	14963,00	Direito de Regresso	Jorge Alexandre Lopes de Almeida Ramos
528/05	592/06 7º JPIC	1503,00	Resp. extracontratual	Zurich Comp. Seguros
561/05	7424//05 11ºJPIC	299,00	Acidente de viação	Solange do Rosário da Costa Guerreiro
832/05	4161/06 7ºJPIC	2250,00	Acidente de viação	OK Teleseguros SA
870/05	926/05 3ºJPIC	24939,00	Dtº Regresso	RDB – Soc. Gestora de Partic. Sociais
980/05	22556/06 exec	111,00	Execução CPE	Álvaro Luís Dias Nunes
1024/05	7784/06 10ºJPIC	507,00	Acidente de viação	Manuel Nobre Caetano
1097/05	19587/05 exec	74,00	Exec. RNPC	Canda & Gonçalves Lda
1123/05 B	130771/05 exec	111,00	Exec. CPE	Pedro Nuno Diogo Sequeira

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

1124/05 B	28782/06 exec	359,00	Exec. CPE	Nuno Filipe Ferreira Lopes
1232/05	135/06	12809,00	EPAC	Luís Manuel Cruz Vasques
1368/05	701/07 8JPIC	712,00	Acidente de viação	Paulo Rogério Rosa Grave
1426/05	53656/06 exec	111,00	Acidente de viação	Carlos Alberto Martins Pereira Paulino
1429/05	22569/06 exec	111,00		Ricardo Manuel Silva M H Ribeiro
1431/05	19589/06 exec	92,00	Exec. CFE	Arte do Passado Mob e Dec
1433/05	19588/06 exec	59,00	Exec. RNPC	Oliveira e Grou . Soc Constr Civil
1504/05	962/06 12ºJPIC	1549,00	Acidente viação	Comp Seg Tranquilidade
1519/05 C	331/06 10ºJPIC	111775,00	EPAC	Joaquim Manuel Mendonça F Fino
1546/05	399/06 6ºJPIC	1128,00	EPAC	Joaquim Patrício Pinto Isidro
1560/05 C	1611/06 8ºJ/1ªS	13593,00	Resp extracontratual	Navio Eva Maria
1611/05	3082/06 6ºJ/3ªS	6596,00	Herança Jacente	Maria Lopes da Silva Almeida
1662/05	7ºJ/3ªS	14963,00	Resp. Contratual	Silvestre Afonso e Comp Seg Mútua Pescados

C. Acções Pendentes em que o Estado é Réu (1989 – 2007)**1. Nas Varas Cíveis**

PA	Acção	Valor (€)	Objecto	Autor
735/89 E	802/95 16ª V/ 2ª S	60462,87	Estado accionado na qualidade de avalista	É Réu NOVOTEL- Emp Turísticos SA
9/90 F	373/90 9ªV/1ª	6 678,00	Resp. Contratual - Falência da Caixa Económica Faialense	Também é Ré a Caixa Económica Faialense
702/90 O	862/90 14ªV/3ªS	65093,00	Responsabilidade Extracontratual (Cortiça)	<u>Amorim & Irmãos</u>
5/91 C	5982//91 4ªV/1ªS	9978,00	Resp. extracontratual	
358/93 O	895/93 14V/2ªS	66015,00	Estado accionado na qualidade de avalista	Marmopal Lda
475/93 O	163/93 14ªV/1ªS	38606,00	Estado accionado na qualidade de avalista	Tecnofabril SA
3/94 G	3847 11ªV/2ªS	82301,00	Responsabilidade Extracontratual	
16/94 G	1367/94 4ªV/3ªS	2716637,00	Responsabilidade extracontratual	
6/95 G	404/95 2ªV/1ªS	8629,00	Pedido de Indemnização decorrente de Nacionalizações	
10/95 G	301/95 5ªV/3ªS	76316078,00	Responsabilidade extracontratual Descolonização	
7/95 C	3050/93 4ªV/1ªS	14 963,00	Resp. extracontratual - prejuízos causados pela eliminação de barreiras alfandegárias	Romão Rosa da Cruz e mais 215 Autores
1021/95 G	1130/96 5ªV/1ªS	20930,00	Estado accionado na qualidade de avalista	Banco de Fomento Exterior

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

1740/95 E	150/96 9ªV/2ªS	190399,74	Estado accionado na qualidade de Avalista	TATA – Sociedade Produtora e Distribuidora de Gelados
5/96 G	670/96 3ªV/2ªS	100000,00	Despejo	
10/96 E	773/96 8ª V/2ªS	43799,24	Acidente de viação	Carlos Alberto Vicente Madeira
12/96 E	720/96 16ªV/2ªS	53 364,00	Pedido de Indemnização fundado em alegada prisão ilegal	
8/97 F	444/97 4ªV/1ªS	9522,00	Acção de Despejo	Alexandre Almeida
9/97 G	999/98 10ªV/2ªS	17 398,00	Responsabilidade extracontratual	
648/97 E	174/99 6ªV/1ªS	9978,00	Direito Regresso	Familiares dos falecidos no acidente do Navio “Bolama”
4/98	1001/97 10ªV/2ªS	14963	Responsabilidade extracontratual decorrente do acidente com o navio “Bolama”	
5/98 C	6660/98 3ªV/2ªS	2672409,00	Responsabilidade extracontratual decorrente do processo de descolonização	Abel da Silva Queirós e mais 808 Autores
1/99 G	135/99 4ªV/2ªS	29 927,00	Responsabilidade contratual	
2/99 G	57/99 15ªV/3ªS	14963,00	Responsabilidade contratual	
6/99 F	613/99 5ªV/3ªS	139633,00	Responsabilidade extracontratual	LOCAPOR
83/99 D	76/01 1ªV/3ªS	19951,00	Declaração de ineficácia e nulidade de venda e indemnização	
263/99 O	330/99 13ªV/2ªS	14963,00	Reivindicação	
1/2000 G	60/2000 10V/2ªS	14 963,00	Responsabilidade extracontratual	
2/2000 G	56/00 7ªV/2ªS	40945645,00	Responsabilidade extracontratual decorrente do processo de descolonização.	
9/2000 D	111/2000 7ªV/2ªS	14963,00	Responsabilidade extracontratual decorrente do processo de descolonização	
313/2000 E	115/2000 10ªV/2ªS	32 330,33	Responsabilidade extracontratual	Manuel Rosa Pereira
230/01 G	24/01 17ªV/2ªS	96766,00	Descolonização	
237/01 G	22/01 6ªV/2ªS	8978,00	Descolonização	
441/01 O	65/00 13ªV/2ªS	14963,00	Resp. Cont EPAC	
602/01 G	1486/98 2ªV/1ªS	117496,00	Responsabilidade extracontratual	
940/01 E	117/01 16V/2ªS	273171,66	Pedido de Indemnização fundado em alegada prisão ilegal	Amândio Machado Figueiredo
948/01 E	100/01 10ªV/1ªS	14963,00	Responsabilidade extracontratual por acto praticado pelo RNPC	Galileu – Serviços e Tecnologias SA
1028/01 C	9/02 7ªV/3ªS	13467543,00	Anulação contrato	
1159/01 F	197/02 17ªV/1ªS	58 922,00	Resp. Contratual – não cumprimento de contrato de Garantia de Riscos Cambiais	SISMET
1169/01 D	2301/03 9ªV/1ªS	32 305,00	Resp. Contratual	
1175/01 F	121/01 10ªV/3ªS	23 353,00	Resp. Contratual – incumprimento de contrato de Garantia de Riscos Cambiais	
215/02 F	14/02 10ªV/2ªS	9975,00	Pedido de indemnização fundado em alegada prisão ilegal	António Ribeiro



S. R.

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

220/02	29/02 5ªV/3ªS	750000,00	Responsabilidade extracontratual fundada em erro judiciário e morosidade da Justiça	Francisco Gabriel Mendes e outra
229/02	29/02		Responsabilidade extracontratual fundada em erro judiciário e morosidade na Justiça	Francisco Gabriel Mendes
368/02 G	44/02 7ªV/2ªS	397124614,00	Responsabilidade extracontratual	
665/02 E	88/02 5ªV/1ªS	1209415,00	Responsabilidade extracontratual	
875/02 O	2529/03 13ªV/3ªS	6818,00	Ação de Despejo	
953/02 F	126/02 11ªV/1ªS	18932,00	Acidente de viação	Aziicurazione Geral
955/02 D	127/02 10ªV/3ªS	24 566,00	Pedido de Indemnização fundado em alegada prisão ilegal	Assaidu Mané Sidibé
1073/02 E	1846/98 16ªV/2ªS	63 710,65	Intervenção espontânea do Estado em acção fundada em resp civil decorrente de acidente de viação	
1082/02 D	163/02 9ªV/2ªS	62355,00	Pedido de indemnização decorrente do processo de Privatização da Rodoviária Nacional	Joaquim Jerónimo Lda
1194/02 C	183/02 3ªV/2ªS	14963,00	Responsabilidade extracontratual	
11/03 C	198/02 10ªV/2ªS	45 217,00	Despejo com pedido reconvenicional formulado pelo Estado	Aníbal Dias Ramos e M Arlete
39/03 G	57/03 9ªV/3ªS	50 000	Responsabilidade extracontratual	
76/03 G	473/03 4ªV/1ªS	70 000,00	Responsabilidade extracontratual	
119/03 D	680/03	14963,00	Responsabilidade extracontratual decorrente de morte devida a alegada negligência médica	
146/03 C	1148/03 1ªV/2ªS	6 000000,00	Responsabilidade extracontratual	
151/03 F	907/03 1ªV/1ªS	172471,00	Resp. Contratual não cumprimento de contrato de venda de Cortiça.	Amorim & Irmãos
771/03 C	134/03 15ªV/1ªS	27769,00	Responsabilidade contratual	
838/03 O	171/02 14ªV/1ªS	212919,00	Responsabilidade extracontratual	
1043/03 E	1067/97 16ªV/2ªS	24 200,25	Responsabilidade extracontratual	Maria Ofélia Germana Moraes
1044/03 O	5728/03 14ªV/3ªS	350000,00	Responsabilidade extracontratual	
1130/03 D	5535/03 17ªV/1ªS	125000,00	Pedido de Indemnização fundado em alegada prisão ilegal	
1153/03 F	8307/03 2ªV/2ªS	15159,00	Ação de Despejo	Manuel Lima
1295/03 F	3288/98 2ªV/3ªS	24 940,00	Responsabilidade extracontratual	
1378/03 C	8955/04 17ªV/1ªS	24 939,00	Responsabilidade extracontratual decorrente de alegada prisão ilegal	
1407/03	8262/03 16ªV/3ªS	14964,00	Responsabilidade extracontratual	Maria Adelaide Bessa Lopes
1589/03 G	309/03 9ªV/1ªS	917684,00	Responsabilidade extracontratual	
89/04 D	275/04 6ªV/3ªS	99000,00	Responsabilidade extracontratual	
195/04	6726/03 13ªV/1ªS	89831	Responsabilidade extracontratual	

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

454/04 G	13886/93 16ªV/2ª	4437373,00	Responsabilidade contratual	
455/04 G	2076/04 3ªV/3ªS	10000,00	Responsabilidade contratual	Fundação Espírita Portuguesa
492/04 G	1031/03 16ªV/2ªS	44891,00	Responsabilidade extracontratual	
767/04 G	3966/05 2ªV/1ªS	304573,00	Responsabilidade extracontratual	
838/04 G	3438/04 10ªV/2ªS	288446,00	Responsabilidade extracontratual -descolonização	
943/04 E	1265/97 16ªV/1ªS	1496393,70	Responsabilidade extracontratual	Renault Portuguesa
972/04 F	4009/04 1ªV/1ªS	25 000,00	Pedido de Indemnização fundado em alegada prisão ilegal	Herminio Martins
1260/04	2ª V/3ªS	69832,70	Direito de Preferência	Herd. São Marques
1489/04	5714/04 º Vara	598494,00	Pedido de Indemnização fundado em erro judiciário e alegada prisão ilegal	Paulo José Fernandes Pedroso
1622/04	6239/04 16ªV/1ªS	365119,64	Responsabilidade Contratual – Adm. IPE	Carlos V. Anjos
1655/04	6854/04 12ª V/1ªS	231792,00	Pedido de Indemnização fundado em prisão ilegal	Esmeraldo Azevedo
132/05 E	135/01 16ªV/2ªS	60259,00	Responsabilidade extracontratual	António Luís Caraça
193/05	1535/05 14ªV/2ªS	14963,00	Estado accionado na qualidade de avalista	
342/05 G	650/05 10ªV/2ªS	456887200	Ação reivindicção	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
532/05 F	7961/04 12ªV/1ªS	68298,00	Pedido de indemnização fundado em alegado erro judiciário	G. Marques Lda
605/05 G	2016/05 9ªV/1ªS	28919,00	Ação Despejo	Maria Conceição Cabral Gaivão
652/2005	2/2000		Responsabilidade extracontratual decorrente de venda de acções representativas do capital social de Electricidade de Macau (CEM)	
666/05 E	1994/03 7ªV/2ªS	165000,00	Responsabilidade extracontratual	Nanar Mendes
988/05	2359/04 1ªV/2ªS		Responsabilidade extracontratual decorrente de alegado erro judiciário e prisão ilegal	João António Gonçalves Pacheco
1086/05	3105/05	54596,74	Responsabilidade extracontratual decorrente da venda de imóvel penhorado	
1088/05 E	3302/05 9ªV/1ªS	14963,00	Responsabilidade extracontratual fundada em alegado atraso da justiça e erro judiciário	Rui Miguel Gomes Ferreira
1110/05 F	2855/05 12ªV/3ªS	14964,00	Responsabilidade extracontratual	João Carlos Marçal Antunes
1279/05 E	4578/05 5ªV/3ªS	1000000,00	Responsabilidade extracontratual	M Filipe & Piedade Lda
1281/05 G	4378/05 15ªV/2ªS	72427,00	Responsabilidade extracontratual	Horácio Bento Carvalho
1319/05 D	4908/05 12V/3ªS	18635,00	Responsabilidade extracontratual	Maria Adelaide de Almeida
1375/05 C	3504/05 5ªV/1ªS	16000,00	Anulação de HIP	Luis Manuel e Silva Marques
1547/05 G	5542/05 9ªV/3ªS	377215,00	Responsabilidade extracontratual	José da Silva Vitorino
1672/05 F	6514/05 11ªV/2ªS	42161,59	Responsabilidade extracontratual - fundada em alegado erro judiciário	Eugénia Maria M e Pedro Armando Martinho

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

85/06 F	277/91 9ªV/2ªS	17203,00	Acidente de viação	Comp. Seg. Império Bonança
171/06 E	804/06 9ªV/1ªS	14963,00	Acção de Reivindicação	Const. António Martins Sampaio Suc Ida
320/06 F	1824/06 1ªV/3ªS	9910849,00	Pedido de Indemnização decorrente do facto não ter impedido transferências bancárias	KSK Guided Micro t. E Cokg Soc Com
336/06 C	2161/06 10ªV/1ªS	60 000,00	Pedido de indemnização fundado em alegado erro judiciário e prisão ilegal	Oleg Soyechko
340/06 D	1655/04 2ªV/1ªS	30 632,00	Responsabilidade extracontratual	Paulo Nuno Abreu Cintra Rodrigues
354/06 E	825/06 17ªV/1ªS	83 906,00	Responsabilidade extracontratual	Jacinto Simões Lopes
455/06 F	2903/06 10ªV/2ªS	100 000,00	Pedido de indemnização fundado em alegada prisão ilegal	Reinaldo Guerra Madaleno
457/06 C	14964,00	17 441,00	Responsabilidade contratual	Portalmipex Cerejo - Agric Ind. E Com
585/06 D	3768/06 3ªV/2ªS	32 500,00	Acidente de Viação	Francisco Dias Calisto
664/06 E	3423/06 4ªV/3ªS	221 568,00	Acção de Reivindicação	M. Isabel José de Mello Arouca
696/06 C	4087/06 3ªV/2ªS	168 000,0	Pedido de indemnização fundado em alegada prisão ilegal	Mykhola Shchenin
755/06 D	4052/06 16ªV/3ªS	32455,00	Responsabilidade extracontratual	Maria Evangelina M Azevedo Pais
805/06	4498/06 4ªV/2ªS	91763,00	Responsabilidade extracontratual	Urbanística Investimentos Industriais e Urbanos
898/06	848/06 4ªV/2ªS	14964,00	Responsabilidade extracontratual	Francim Perira Lobo
911/06 F	4981/06 1ªV/2ªS	162380,00	Responsabilidade extracontratual	José Gaiteira
1050/06 G	5554/06 3ªV/1ªS	304557,00	Responsabilidade extracontratual	José Policarpo Gomes e outros
1051/06 C	5586/06 11ªV/2ªS	141568,00	Pedido de indemnização decorrente da exoneração de gestor da REFER	Luís Miguel dos Reis Silva
1062/06 D	5609/05 3ªV/3ªS	70000,00	Responsabilidade extracontratual	António Manuel Balbino
1063/06	1236/06 13ªV/3ªS	72184,00	Acção Despejo	
1198/06 F	2257/06 11ªV/1ªS	20879,40	Pedido de indemnização fundado em alegado erro judiciário	António Carlos Fialho Mendes
1213/06 G	6232/06 6ªV/3ªS	1000000,00	Responsabilidade extracontratual	Pedro Manuel Batista Martins
18/07 D	30/07 15ªV/1ªS	170000,00	Pedido de Indemnização fundado em alegado erro judiciário	Alberto Eugénio da Conceição
49/07 E	4702/06 1ªV/1ªS	141537,00	Direito de Regresso	Boca Investments limited
64/07 O	316/07 13ªV/2ªS	4724500,00	Pedido de indemnização fundado em alegada prisão ilegal	Maria Vitória Perez de la Fuente
192/07 G	818/07 2ªV/2ªS	1979805,00	Indemnização	Miguel Graça Moura
349/07 O	1974/07 14ªV/3ªS	125000,00	Pedido de indemnização fundado em alegada prisão ilegal	José Manuel Couceiro Pizarro Beleza
369/07 C	1371/07 10ªV/2ª S	100000,00	Responsabilidade extracontratual	Vítor Manuel Horta Pereira

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa**2. Nos Juízos Cíveis (2000 – 2007)**

PA	Ação	Valor (€)	Objecto
01/00	2ºJ/3ªS	3242,00	Resp Extra
48/00	1ºJ/2ªS	2992,00	Resp Extra
501/01	8ºJ/1ªS	3900,00	execução
627/01	7ºJ/3ªS	3755,00	Resp Extra
673/01	4ºJ/2ªS	4987,00	Resp Extra
802/01	6ºJ/3ªS	633,00	Execução
857/01	1ºJ/2ªS	2434,00	Execução
1170/01	10ºJ/2ªS	2573,00	Resp. Contrat
171/02	7ºJ/2ªS	27047,00	Execução
413/02	6ºJ/1ªS	5651,00	Resp. Extr
539/02	7ºJ/2ªS	1235,00	Resp Extra
714/02	4ºJ/3ªS	9976,00	Resp Extra
1047/02	8ºJ/2ªS	979,00	Resp Extra
1085/02	6ºJ/2ªS	13468,00	Resp extra
18/03	7ºJ/2ªS	12469,00	Resp extra
24/03	5ºJ/3ªs	11988,00	Resp extra
51/03	10ºJ/2ªS	3385,00	Resp extra
57/03	5ºJ/1ªS	12868,00	Resp Contrat
122/03	6ºJ/1ªS	4876,00	Direito Reg.
127/03	5ºJ/2ªS	2063,00	Execução
412/03	4ºJ/1ªS	7632,00	Execução
688/03	8ºJ/1ªS	5341,00	Resp extra
773/03	9ºJ/1ªS	1909,00	Embargos
828/03	4ºJ/2ªS	10095,00	Execução
830/03	3ºJ/2ªS	3544,00	Resp extra
832/03	7ºJ/3ªS	10760,00	Resp Contrat
850/03	7ºJ/1ªS	1905,00	Resp extra
1247/03	9ºJ/1ªS	12540,00	Resp contrat
1291/03	7ºJ/1ªS	5604,00	Resp Contrat
1542/03	4ºJ/2ªS	5995,00	Resp Contrat
490/04	5ºJ/1ªS	7500,00	Direito Regres

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

767/04	8ºJ/1ªS	96,00	Direito Reg
942/04	1ºJ/1ªS	2218,00	Ac. Despejo
962/04	9ºJ/3ªS	14963,00	Resp extra
971/04	5ºJ/3ªS	14963,00	Resp extra
974/04	4ºJ/2ªS	10810,00	Resp extra
1652/04	10ºJ/3ªS	734,00	Resp extra
1696/04	9ºJ/2ªS	12318,00	Resp extra
129/05	9ºJ/2ªS	3740,00	Resp Contrat
184/05	6ºJ/3ªS	6082,00	Resp extra
1220/05	3ºJ/3ªS	3857,00	Resp extra
1560/05	8ºJ/1ªS	1393,00	Resp extra
1662/05	7ºJ/3ªS	14963,00	Resp Contrat
59/06	5ºJ/3ªS	5658,00	Resp extra
84/06	6ºJ/1ªS	6329,00	Resp Contrat
490/06	7ºJ/3ªS	6329,00	Resp extra
596/06	4ºJ/3ªS	4564,00	Acção Despejo
706/06	2ºJ/2ªS	8923,00	Acção Despejo
747/06	7ºJ/2ªS	8199,00	Resp extra
863/06	5ºJ/3ªS	11344,00	Acção Despejo
178/07	10ºJ/1ªS	6552,00	Resp Contr
219/07	3ºJ/1ªS	3865,00	Resp extra

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

ESTATÍSTICA ANUAL DO CONTENCIOSO PATRIMONIAL DO ESTADO

DISTRITO JUDICIAL DE LISBOA

ANO - 2006

I - RESUMO**1. MOVIMENTO PROCESSUAL - Processos Administrativos (PA)**

VINDOS DE 2005	INICIADOS EM 2006			FINDOS EM 2006			PA PENDENTES PARA 2007	ACÇÕES PROPOSTAS	ACÇÕES CONTESTADAS
	MP Autor	MP Réu	Total	S/acção proposta	Após o termo da acção	Total			
3.406	487*	40	527	154	1002	1156	2.777	50**	40

- Inclui PA para reclamações de créditos em insolvências

- ** Não inclui reclamações de créditos

2. PA INICIADOS NO ANO DE 2006

FINALIDADE	Nº de PA	Valores €
Para propôr ou acompanhar acção - Estado Autor	487	99.469.245
Para contestar acção - Estado Réu	40	13.727.266
TOTAL	527	113.196.511

3. PA PENDENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

Fases dos PA	Nº de PA	Valores €
Em instrução, para propôr acção	45	2.901.614
A acompanhar acção	Estado autor *	2.459
	Estado Réu	273
Total	2.777	10.664.503.866

* Inclui reclamações de créditos em falências e rec. de empresas

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

II - PA INICIADOS EM 2006

ASSUNTOS	MP AUTOR	MP RÉU	TOTAL
Falência/insolvência	355		355
Execução MNE	17		17
Responsabilidade civil extracontratual	14	18	32
Execução Reg. Nac. P. Colectivas	31		31
Execução contra-ordenações	20		20
Acidente de viação	11	4	15
Contencioso EPAC	9		9
Execução CFE	7		7
Direito de regresso	7		7
Despejo		5	5
Execução hospitalar		4	4
Responsabilidade contratual	3		3
Prisão ilegal		2	2
Reivindicação		2	2
Herança jacente	1		1
Diversos (assuntos menos significativos)	12	5	17
NÚMERO TOTAL DE PA	487	40	527
VALORES €	99.469.245	13.727.266	113.196.511

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

III - ACÇÕES PENDENTES EM 31.12.2006

ASSUNTOS	MP AUTOR	MP RÉU	TOTAL
Falência/insolvência/rec. Empresas	1.753		1.753
Contencioso EPAC	250		250
Responsabilidade civil extracontratual	42	70	112
Execução CIFRE	102		102
Acidente de viação	43	19	62
Responsabilidade contratual	18	25	43
Execução contra-ordenações	42		42
Execução Reg. Nac. P. Colectivas	32		32
Execução hospitalar		25	25
Direito de regresso	22		22
Herança jacente	17		17
Reivindicação	14	3	17
Despejo		13	13
Execução de sentença	13		13
Outras execuções	5		5
Execução PEDAP	10		10
Prisão ilegal		8	8
Avais do Estado	6		6
Descolonização		4	4
Nacionalizações		4	4
Impugnação pauliana	3		3
Contencioso da cortiça	3		3
Expropriação	1		1
Diversos (assuntos menos significativos)	188	102	290
NÚMERO TOTAL DE ACÇÕES	2.564	273	2.837
VALORES €	1.701.430.367	8.960.171.885	10.661.602.252

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

IV - ACÇÕES PROPOSTAS PELO MP NO ANO DE 2006

ASSUNTOS	Nº DE ACÇÕES	Valores €
Acidente de viação	12	
Execuções diversas	12	
Responsabilidade civil extracontratual	7	
Insolvências	6	
Contencioso EPAC	3	
Direito de regresso	2	
Diversos (categoria residual para os assuntos menos significativos)	3	
TOTAL	45	27.358.898

V - ACÇÕES CONTESTADAS PELO MP NO ANO DE 2006

ASSUNTOS	Nº DE CONTESTAÇÕES	Valores €
Responsabilidade civil extracontratual	18	
Despejo	5	
Responsabilidade contratual	4	
Execução hospitalar	4	
Acidente de viação	4	
Prisão ilegal	2	
Diversos (categoria residual para os assuntos menos significativos)	3	
TOTAL	40	13.727.266

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa**VI - RECLAMAÇÕES DE CRÉDITOS ELABORADAS PELO MP NO ANO DE 2006**

UNIDADES	Nº DE RECLAMAÇÕES
Varas Cíveis	156
Tribunal de Comércio	384
Juízos Cíveis	147
Juízos de Pequena Instância Cível	14
Juízos de Execução	54
TOTAL	755

VII - EXECUÇÕES POR CUSTAS E MULTA INSTAURADAS PELO MP NO ANO DE 2006

UNIDADES	Nº DE EXECUÇÕES
Tribunal de Pequena Instância Cível	385
Juízos Cíveis	1023
Varas Cíveis	2118
Tribunal Marítimo	169
Juízos de Execução	3111
TOTAL	6806

VIII - ACÇÕES PENDENTES EM 31.12.2006 - por anos de propositura

Anos	Nº DE ACÇÕES
Há mais de 20 anos	5
Há mais de 15 anos	43
Há mais de 10 anos	193
Há mais de 5 anos	521
Há mais de 2 anos	1185